

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ECONOMIA

Ao nono dia do mês de junho de dois mil e vinte, pelas quinze horas, reuniu no Auditório do Rivoli – Teatro Municipal, o Conselho Municipal de Segurança, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I; e o Conselho Municipal de Economia, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo II, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira deu início à reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

Agradeceu a presença do Senhor Comandante Distrital da Proteção Civil do Porto, o Senhor Presidente da ARS-Norte – Administração Regional de Saúde do Norte, o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, o Senhor Representante do Conselho de Administração da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.

Agradeceu ao Teatro Rivoli, ao seu Diretor e aos seus quadros técnicos por permitirem a realização desta reunião neste espaço.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Resposta à Pandemia.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que no início da pandemia não tiveram possibilidade de contactar com os Senhores Conselheiros, mas, neste momento, considera importante fazer o ponto da situação daquilo que foi feito e discutir em conjunto as medidas apropriadas que devem ser tomadas.

Referiu que todos os responsáveis políticos vivem tempos de decisões muito difíceis e é necessário agir com temperança, o que exige por um lado particular atenção a tudo aquilo que tem a ver com uma crise sanitária que está presente; e por outro lado a necessidade de abrir a Cidade à economia e permitir que os cidadãos possam voltar a fruir do meio que sempre frequentaram.

Afirmou que este é um tempo particularmente importante com a proximidade do verão, das festas populares e de diversas atividades e, portanto, considerou importante ouvir os Senhores Conselheiros. Neste sentido, propôs este Conselho alargado juntando dois conselhos municipais. Pediu ao seu Chefe de Gabinete para passar uma apresentação simples daquilo que foi feito no Porto. Disse que no dia 2 de março tiveram o primeiro caso de COVID-19 em Portugal; no dia 12 de março Portugal entra em estado de alerta; e no dia 13 de março o Porto foi o primeiro

município a anunciar o recurso ao teletrabalho e a decidir pelo encerramento de um conjunto de serviços de atendimento, de parques e teatros.

Salientou a extraordinária colaboração de todas as entidades e instituições da Cidade e também dos cidadãos.

Elogiou todos os profissionais que estiveram envolvidos no combate à doença nos hospitais; as forças de segurança; a Proteção Civil; os Bombeiros; e um conjunto de pessoas que mantiveram a Cidade, apesar das circunstâncias, limpa, ordeira e em paz.

Referiu-se a algumas medidas que tomaram do ponto de vista da economia da Cidade e à previsão da retoma na Cidade do Porto.

Mostrou algumas imagens do hospital de campanha que esteve instalado no Pavilhão Rosa Mota e da Pousada da Juventude com as medidas que tomaram em relação aos idosos dos lares.

Salientou o trabalho incansável da PSP – Polícia de Segurança Pública e da PM – Polícia Municipal no aviso à população, que foi realçado a nível internacional como uma campanha muito útil e proactiva.

Realçou o esforço que foi feito no sentido de envolver todos os cidadãos na luta contra a pandemia.

Afirmou que gostava de ouvir os Senhores Conselheiros, pois existem decisões que têm de tomar relacionadas, por exemplo, com as festividades do S. João.

Pedi ao Senhor Diretor Regional de Saúde para fazer o enquadramento sob o ponto de vista da saúde pública.

O Diretor da ARS-Norte, Carlos Nunes deu nota das preocupações que a ARS-Norte tem, neste momento, com a Região Norte e com o Porto.

Disse que ninguém estava preparado para esta situação e a realidade ultrapassou toda a ficção que existia sobre o que é uma epidemia.

Referiu que de março a sensivelmente 12 de abril registou-se o maior número de casos na Região Norte e tinham receio de que as estruturas de saúde não fossem capazes de dar resposta e que houvesse um rutura. Sublinhou que o Serviço Nacional de Saúde conseguiu dar resposta, o que também se deveu a todas as medidas tomadas pelos portugueses e por aqueles que vivem nesta Região, desde as estruturas autárquicas aos cidadãos.

Disse que a partir do dia 12 de abril entraram numa fase descendente o que lhes dá alguma confiança e tranquilidade.

Deu nota de que na Região de Lisboa está a verificar-se um aumento constante de novos casos de infeção. Considerou que isto se deve a algum relaxamento da população no seu dia a dia.

Afirmou que é preciso reabrir a economia, mas é necessário manter uma vigilância apertada e não relaxar nas medidas.

Mostrou-se preocupado com a aproximação das festividades; apesar de oficialmente não se festejarem da mesma maneira, receia que as pessoas se encontrem e estejam juntas. Sublinhou que é necessário aumentar a divulgação da informação e manter as distâncias de segurança.

Mostrou-se igualmente preocupado com a aproximação de dois feriados juntos ao fim de semana que vão levar a deslocações das pessoas de Lisboa para o Norte, o que poderá levar ao aparecimento de casos secundários relativamente à Região de Lisboa.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que decidiram em abril, depois de consultas com o Governo e com os Municípios de Lisboa, Braga e Vila Nova de Gaia, que as câmaras municipais não iriam promover os festejos dos Santos Populares. Afirmou que não haverá fogo-de-artifício nem atividade cultural associada às festas, mas isto não significa que se está a anular o S. João.

Referiu que nem a CMP nem as forças de segurança podem impedir que as pessoas circulem na Cidade.

Considerou que não devem no dia 23 de junho fazer cortes de arruamentos que propiciem ajuntamentos. Disse que gostaria de conhecer a opinião dos Senhores Conselheiros sobre esta questão.

Lembrou que tradicionalmente nesta noite existe um reforço do transporte público, mas, na sua opinião, não devia existir esse reforço este ano.

Afirmou que deviam preparar uma campanha com o objetivo de sugerir à população que festeje o S. João em casa.

Perguntou qual a opinião dos Senhores Conselheiros sobre estas medidas. Disse que precisam de decidir sobre as medidas a tomar e não gostariam de o fazer sem a participação dos Senhores Conselheiros.

O Senhor Dr. Vasco Mourão disse que é necessário promover a Cidade dentro do próprio País, em Espanha, nomeadamente na Galiza, e no estrangeiro, em primeiro lugar na Europa. Perguntou o que é possível fazer para controlar as pessoas que entram no País de carro e de avião.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que esta é uma questão relevante que os deve preocupar a todos.

Afirmou que um dos problemas que a Cidade teve, no início da pandemia, foi a falta de medidas de prevenção nos aeroportos. Sublinhou a necessidade de serem tomadas medidas nos aeroportos, nas estações de comboio e nos terminais rodoviários.

Quanto à questão das fronteiras, disse que está prevista a abertura da fronteira com Espanha a 1 de julho, até essa altura têm tempo para pensar em como é que vão fazer essa abertura.

Em relação ao turismo europeu, referiu que acredita que só vão ser capazes de atrair turismo europeu se a imagem percecionada de Portugal no estrangeiro for a melhor. Acrescentou que teme que as situações que se verificam a sul não contribuam para que a imagem do País seja positiva. Sublinhou que aquilo que Portugal tem de fazer é demonstrar que é um País seguro.

O representante do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Senhor Fernando Vieira admitiu que o Aeroporto do Porto, as companhias aéreas e as entidades responsáveis pela saúde pública reagiram um pouco tarde quando a pandemia começou, mas ninguém era especialista em pandemias.

Acrescentou que, por vezes, a articulação entre as diversas entidades não é tão ágil e tão célere como se desejava nestas circunstâncias.

Sublinhou que, neste momento e depois dos primeiros casos, foi implementada a medição da temperatura corporal à chegada aos aeroportos. Explicou que o INEM tratou de avaliar os casos que apresentavam uma temperatura superior à normal; a ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil também apoiou e continua a contactar as pessoas que desembarcam no Aeroporto do Porto com temperaturas superiores ao normal. Acrescentou que a identificação das pessoas e dos seus contactos está a ser feita.

Afirmou que a sua preocupação é pensar num meio de entrar num círculo de retoma e de desconfinamento fazendo com que o aeroporto e o transporte aéreo seja sentido e entendido como um meio de transporte seguro.

Deu nota de que estão a preparar, de acordo com as instruções dos responsáveis, as melhores práticas. Sublinhou que algumas práticas de grandes aeroportos estão mais relacionadas com o *marketing* e com a preocupação da percepção do passageiro do que com a eficiência da medida. Realçou que é necessário ter um equilíbrio entre aquilo que tem realmente eficiência em termos de saúde pública e aquilo que é usado como instrumento de recaptação de tráfego.

Reafirmou que a sua preocupação é que as pessoas se sintam seguras no aeroporto.

Referiu que o grande desafio é fazer com que as pessoas se sintam seguras dentro dos aviões e nesse sentido a sua preocupação é ter uma parceria muito estreita com todas as entidades de saúde e com as companhias aéreas.

Afirmou que o Aeroporto do Porto nesta política de desconfinamento será um parceiro importante e vai ajudar a CMP.

O Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (BE), José Castro disse que ainda estão longe de poder fazer um balanço profundo da pandemia para se entender por que razão certos territórios foram mais atingidos do que outros.

Referiu que o Município do Porto esteve bem perante as circunstâncias, o que não aconteceu com todos os municípios do País.

Referiu-se ao caso da Cidade italiana de Bérgamo, dizendo que a mortalidade por Covid-19 foi muito acentuada.

Salientou a importância de se valorizar as orientações das entidades responsáveis e com maior conhecimento sobre a matéria.

Reconheceu o papel essencial das atividades económicas no retorno as condições normais de vida. Acrescentou que as atividades económicas devem cumprir as orientações sanitárias.

O representante da SONAE, Senhor Luís Reis sublinhou a questão da imprevisibilidade desta situação, que é altamente negativa para a economia.

Realçou a importância da intervenção das autarquias. Sublinhou a diferença entre aquilo que acontece em autarquias interventivas e proactivas, como felizmente aconteceu na autarquia do Porto, e outros municípios com resultados menos positivos. Disse que quer estimular o Executivo Municipal a manter-se na linha da frente do combate à pandemia.

Mostrou-se preocupado com a segunda vaga da pandemia, que é atualmente a maior preocupação de quem trabalha no setor económico. Disse que a economia poderá resistir aos impactos da primeira vaga mas existe uma enorme preocupação com os efeitos de uma possível segunda vaga. Considerou fundamental lançar a ideia, nesta fase de desconfinamento, da importância do combate ao segundo *lockdown*. Referiu que a economia portuguesa não resiste a um segundo *lockdown*. Realçou a necessidade de combater o segundo *lockdown* e para tal é preciso combater, desde já, a segunda vaga com tudo aquilo que aprenderam na primeira, ou seja, com o distanciamento social, com a obrigação de utilização das máscaras, com o registo das cadeias epidemiológicas e com o não afrouxamento das campanhas de comunicação.

Saudou as campanhas de comunicação da CMP que puxaram pela responsabilidade cívica de cada um.

Alertou para a necessidade de se criar um movimento contra o segundo *lockdown*.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que as medidas que foram tomadas são claramente irreplicáveis. Considerou que não há condições de replicar as medidas que estão a ser tomadas

Afirmou que é fundamental existir coerência na mensagem que se vai transmitindo aos cidadãos. Sublinhou que é mais fácil confinar do que desconfinar e têm havido medidas desconexas. Disse que não é a Câmara que decide tudo, mas podem decidir sobre algumas situações e querem fazê-lo com a participação dos Senhores Conselheiros.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Senhora Delfina Antunes disse que historicamente a interface entre a economia e a proteção da saúde pública foi sempre uma situação de elevada complexidade. Referiu que sem a economia as sociedades não funcionam e a Cidade do Porto tem o seu alicerce económico no setor terciário e no turismo. Afirmou que para o cidadão comum é securizante a medição da temperatura, mas isso sem estar associado a um inquérito de sintomas envolve muitos custos e recursos, mas não apresenta resultados concretos.

Referiu que ninguém viaja para outro país para estar em confinamento durante 14 dias.

Em relação ao cartão de localização de passageiros, disse que este permite fazer o rastreio de contactos quando o turista ou o cidadão manifesta sintomas. Considerou que este cartão pode ser uma ferramenta muito importante para a saúde.

Disse que a pandemia é um problema de mobilidade e a expressão do vírus é assimétrica numa região, num país e num distrito. Sublinhou que o Porto tem, neste momento, uma situação epidemiológica extremamente favorável; a Cidade regista números residuais e a curva epidémica está numa fase de resolução, que se tem mantido de uma forma sustentada.

Deu nota de que enviou para a Autarquia os números de 4 semanas de desconfinamento, onde se registou 44 casos de contágio, o que é um panorama extremamente positivo.

Referiu que a abertura de fronteiras é necessária, porque quanto mais penalizada for a economia maior será a desigualdade na saúde.

Afirmou que uma das estratégias que pode apoiar a interface entre a economia e a saúde pública é uma estratégia de comunicação robusta. Sublinhou que é necessário colocar o enfoque no cidadão, pois este é o principal ator de contenção do problema através das medidas gerais.

Salientou a importância de existir coerência nas mensagens que são transmitidas e o reforço de uma estratégia de comunicação assertiva.

O Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (CDU), Senhor Artur Ribeiro

afirmou que a Autarquia esteve sempre muito bem em toda esta situação. Salientou que a Autarquia assumiu muitas responsabilidades e compromissos que competiam à Administração Central.

Disse que durante o tempo da pandemia as forças de segurança atuaram sempre muito bem.

Afirmou que esta situação não se resolve com repressão, resolve-se com educação cívica, portanto, é preciso dizer às pessoas que têm de se defender a si próprias e aos outros.

Em relação ao S. João, considerou que tudo o que se possa fazer para evitar o ajuntamento é positivo. Concordou que não se promova a circulação de mais autocarros, que não se encerre as ruas à circulação automóvel para não haver aglomerados de pessoas.

Disse que não está muito preocupado com a 2.^a vaga, está mais preocupado em resolver os problemas que existem neste momento.

Recordou que o Porto é o município com mais habitação social e a maior parte dos bairros foi construída na década de 60 e são casas muito pequenas. Referiu que as pessoas que vivem em bairros camarários têm poucas condições para estar confinados em casa.

Deu nota de que visitou o Bairro de Lordelo do Ouro e verificou que os cuidados que a população toma em relação à pandemia são praticamente nulos.

Na sua opinião, a saúde tem de estar acima da economia apesar de saber que não existe saúde sem economia.

Disse que não consegue aceitar que um avião voe com a ocupação máxima.

Concordou que é necessário dar uma boa imagem do País para o exterior.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, em relação aos bairros sociais, que tomaram a iniciativa, em maio, de enviar para todas as habitações sociais máscaras reutilizáveis para todos os elementos do agregado familiar.

Realçou o papel importante desenvolvido pelas associações de moradores.

Referiu que mantiveram sempre os parques abertos, porque entenderam que as pessoas precisam destes espaços para espairecer.

Abordou a questão das feiras e mercados, dizendo que entenderam que deviam ser seletivos na abertura das feiras e mercados. Acrescentou que a Cidade tem entendido estas decisões da Câmara.

O Cidadão designado pela Assembleia Municipal do Porto (PS), Senhor Marco Leitão

(PS) disse que este conselho conjunto é uma excelente iniciativa.

Afirmou que as medidas que foram tomadas e que vão ser tomadas a nível nacional e a nível local são medidas importantes nesta fase difícil. Acrescentou que é preciso encontrar um equilíbrio entre a retoma económica e a questão da pandemia, que tem de ser gerida da melhor forma.

Realçou a importância do sentimento de confiança, das pessoas sentirem confiança no País, na Autarquia e nas autoridades.

Felicitou o excelente trabalho das autoridades na área da saúde, da segurança, da segurança social e dos portugueses.

O Senhor Dr. José Carlos Caldeira saudou a CMP pela forma como tem conduzido todo este processo.

Declarou o seu apoio às medidas propostas.

Concordou com a necessidade de tomar medidas para que não haja um segundo *lockdown*, mas isto não os deve impedir de continuarem a preparar-se para minimizar os impactos na economia de um segundo *lockdown*.

Disse que com a recuperação pode haver uma diminuição do esforço para preparar as organizações para poderem operar neste tipo de condições. Acrescentou que preparar as organizações deve ser uma preocupação para a Câmara e para todas as entidades representadas neste Conselho.

Referiu-se aos idosos que se encontram nos lares e nas suas casas, dizendo que se deve colocar a hipótese de haver um acompanhamento remoto dessas pessoas. Sublinhou que a tecnologia pode ajudar nesta área e por vezes com pouco investimento.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira deu nota de que a CMP tem um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, a "Chave de Afetos" que é um serviço de teleassistência a idosos que tem funcionado muito bem.

Em relação ao teletrabalho, deu nota de que a Autarquia do Porto foi a primeira a confinar as pessoas e fizeram um enorme investimento no teletrabalho. Acrescentou que a produtividade não baixou tanto como tinham imaginado.

Considerou que no futuro o teletrabalho se vai vulgarizar e isso terá um impacto importante nas famílias, na mobilidade, nas atividades económicas e em outras áreas.

Referiu-se à questão da socialização das pessoas, dizendo que esta tem de ser tratada com muita prudência.

Abordou a questão da inteligência artificial e da substituição da mão-de-obra humana.

Considerou que o teletrabalho é uma solução alternativa e temporária, que não está suficientemente testada. Disse que o Homem é um animal social e permitir que a tecnologia substitua essa característica da sociedade humana é algo que o aterroriza.

A Senhora Dr.^a Mariana Fonseca referiu-se aos efeitos do desconfinamento, dizendo que quando observam a curva epidémica de Lisboa e Vale do Tejo verificam-se os efeitos da Páscoa e do 25 de Abril; a curva epidémica do Porto tem um declive que se mantém, mas é preciso ter consciência que o vírus está presente.

Alertou para a necessidade do reforço da comunicação. Disse que o uso correto da máscara tem de ser mais mediatizado.

Chamou a atenção para a necessidade de reforçar a mensagem sobre a partilha de objetos e dos seus perigos.

Em relação aos voos, disse que a curto prazo será divulgada uma orientação da DGS relativamente a esta questão.

Agradeceu a todo o excelente trabalho que foi realizado na Região Norte. Felicitou concretamente os colegas da saúde que fizeram um esforço hercúleo na Região Norte.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, em relação ao uso da máscara, que foram dados sinais errados e contraditórios pela DGS, pela simples razão de não haver máscaras suficientes. Sublinhou que a comunicação tem de ser cuidada e dada pouco a pouco.

Deu nota de que muitas pessoas não sabem usar corretamente a máscara e a Câmara pode ajudar neste aspeto, mas considera que devia haver campanhas de informação nessa matéria.

Pediú aos Senhores Presidentes de Junta que, na questão dos festejos do S. João, ajudem a Câmara, porque muitas das coletividades das freguesias vão ter a tentação de se substituir às festividades que foram suspensas. Considerou importante desincentivar essas festas que sempre se organizaram ao nível das juntas de freguesia.

O Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Senhor Nuno Ortigão deu os parabéns à CMP e a todas as entidades ligadas à Câmara e a todas as outras por colocarem a perceção de segurança na Cidade acima de tudo o resto.

Disse que se a Baixa da Cidade não estiver a funcionar as pessoas deslocam-se para a zona ocidental nomeadamente para as praias e para a Avenida D. Carlos por exemplo.

Concordou com o não encerramento de ruas e artérias para não fomentar os aglomerados.

Deu nota de que já recebeu pedidos das coletividades em relação aos festejos de S. João mas ainda não respondeu, porque sabia que teria esta oportunidade de discutir este assunto neste Conselho Municipal.

Afirmou que a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde não vai fomentar os aglomerados nem vai permitir festejos.

O Senhor Dr. Vasco Mourão considerou que o S. João é uma boa oportunidade para o Porto dar, mais uma vez, um exemplo ao País.

Disse que a responsabilização das pessoas já existe, até porque é um processo que demora tempo. Acrescentou que terá de haver um plano e regras, mesmo que por vezes estas sejam difíceis de cumprir.

Em relação ao encerramento do Passeio das Virtudes, perguntou se não é possível identificar, através de uma aplicação, as zonas da Cidade e fazer dispersar as pessoas.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que aquilo que aconteceu no Passeio Alegre foi uma concentração natural e é difícil fechar todos os locais, porque as pessoas descobrem outros. Neste sentido, o trabalho que têm de fazer é mais pedagógico e contam com a PSP e com a PM para nessa noite continuarem a fazer aquilo que tem sido feito.

Afirmou que observaram com particular atenção para aquilo que se passou na Movidá durante as noites de sexta-feira e sábado e tudo correu bem sem problemas e sem incumprimentos.

Realçou que neste momento já não se encontram em estado de emergência e, portanto, o exercício do poder das forças policiais é muito diferente daquele que tinham durante o estado de emergência.

A Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Senhora Sofia Maia agradeceu o convite para estar presente nesta reunião. Deu os parabéns por esta iniciativa de juntar os dois conselhos municipais.

Agradeceu ao Município do Porto tudo o que fez pelos cidadãos portuenses e todo o apoio que deu à União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos na área social. Realçou o papel da ARS Ocidental com os seus centros de saúde que estiveram sempre em estreita colaboração com a União de Freguesias.

Concordou com a importância da tecnologia no apoio aos idosos, mas é mais a favor de ir ao encontro dos idosos. Revelou que a Junta de Freguesia continuou a ir a casa dos seus idosos mesmo durante a pandemia. Chamou a atenção para o facto de os idosos estarem neste momento a ficar deprimidos e revelou a sua preocupação com este facto.

Disse que o isolamento durante a pandemia vai ter consequências complicadas a nível psicológico e social.

Em relação ao S. João, concordou com as medidas propostas pelo Senhor Presidente da CMP. Mostrou-se preocupada com os festejos nas associações e bairros sociais e sugeriu a criação de uma *newsletter* para sensibilizar as pessoas para a não realização de festejos e de aglomerados. Quanto à zona ribeirinha, disse que lhe tem sido colocada a questão sobre a abertura dos estabelecimentos e sobre o horário de encerramento. Apelou às autoridades para não permitirem

que os estabelecimentos permaneçam abertos até muito tarde e que se tenha atenção à venda de bebidas ambulantes.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira agradeceu a presença e os contributos de todos. Disse que vão continuar a monitorizar tudo o que se passa com a ajuda de todos e com a força das instituições principalmente da saúde e da segurança.

Relativamente à economia, referiu que conhecem as medidas que a CMP procurou tomar e que são as medidas possíveis dentro do quadro atual.

Afirmou que têm a expectativa que seja possível haver uma normalização da atividade económica nos vários ramos.

Mostrou-se preocupado com o que se passa com os bares, que se sentem discriminados, mas a CMP está a tratar este assunto de acordo com a lei.

Referiu que tem dúvidas em relação aos horários que estão impostos. Sublinhou que existe um conjunto de medidas que tem dificuldade em compreender, mas isto não depende da vontade da CMP. Disse que espera que algumas destas medidas venham a ser revistas em função da evolução da situação.

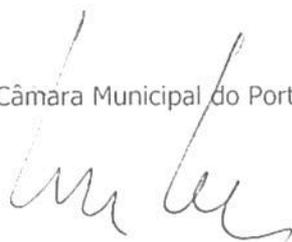
Demonstrou a disponibilidade da CMP para colaborar com as entidades presentes sempre que estas o solicitem.

Desejou a todos saúde, bem-estar e otimismo.

Agradeceu ao Teatro Rivoli e aos seus técnicos; aos técnicos da CMP que permitiram a realização desta reunião em condições de segurança e conforto.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



(Rui Moreira)